

Sugerido meio para evitar escândalos

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Mário Pacini, afirmou ontem que a melhor maneira de evitar escândalos financeiros na administração pública é a fiscalização efetiva pelas próprias empresas estatais, através de um controle de suas contas. Defendeu o aprimoramento da auditoria programática — iniciada este ano pelo Tribunal — cuja finalidade é o acompanhamento, de perto, da aplicação dos recursos liberados pelo governo aos órgãos da administração direta e indireta.

Com exemplos concretos de malversação do dinheiro do Tesouro Nacional, Mário Pacini lembrou que no escândalo da mandioca o gerente da agência do Banco do Brasil, na cidade de Floresta, em Pernambuco, Edmilson Soares Lins, uma das peças principais na administração do órgão naquela localidade, foi o principal responsável pelo desvio de Cr\$ 1,6 bilhão em 1981. Nesse caso — explicou Pacini — um segmento do controle falhou: foi o gerente.

Para o presidente do TCU, o julgamento desta questão não significa que o Banco do Brasil, como instituição, deva ser julgado, mas sim os responsáveis pelo abuso e pela ação criminosa de desviarem dinheiro que não lhes pertencia.

Citando especificamente o escândalo da mandioca, cujos envolvidos foram punidos recentemente pelo TCU, Mário Pacini acentuou: no presente episódio, não havia como se efetivar o controle, porque o personagem principal dessa fiscalização, o gerente do banco, era o autor de toda a trama.

Prosseguindo seu raciocínio, Pacini disse que não pode nem deve haver impunidade daqueles elementos que, aproveitando-se de função privilegiada que ocupam, utilizam criminosamente os recursos do povo brasileiro. E concluiu: o exemplo deve começar no próprio órgão que utiliza a verba, porque, quando chegar ao TCU, o fato já estará consumado.